

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)
deniserothenburg.df@dabr.com.br

A guerra sem fim

MDB e União Brasil estão desde já brigando pela relatoria do Orçamento de 2026, ano eleitoral. Antes disso, porém, tem a disputa pela Presidência da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O PL bateu o pé e quer comandar o colegiado. E, como tem a maior bancada, é quem primeiro pede a comissão que deseja. Pelo acordo, a vez seria de outro partido, MDB ou União Brasil. Esse estica e puxa promete se arrastar até o carnaval.

Por falar em carnaval...

O fato de o ministro Flávio Dino marcar reunião com a cúpula do Parlamento para 27 de fevereiro foi considerado uma provocação. É que a data cai na "quinta-feira de carnaval", como dizem os deputados. As excelências agora terão de ficar em Brasília para essa conversa.

Derrite na área I

Na hipótese de o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, desistir da candidatura à reeleição para concorrer ao Planalto, o secretário de Segurança Pública de São Paulo, Guilherme Derrite, é considerado o nome do partido para o governo estadual. Ele reduziu os índices de homicídios no estado e, embora se verifique um aumento da violência policial, a legenda considera que o secretário tem se posicionado contra os excessos de forma eficaz e tem uma boa imagem perante a população.

Derrite na área II

No cenário nacional, a Paraná Pesquisas detectou, em meados de janeiro, que 53% dos brasileiros apoiam a gestão da Segurança Pública no governo Tarcísio. No PL, isso é sinal de que o deputado federal licenciado Guilherme Derrite tem potencial para voos políticos mais altos.

A missão de Márcio Macêdo e a promessa de Alcolumbre

A contar o que dizem os deputados e senadores, está tudo pronto e acordado para que, se o presidente do Ibama, Rodrigo Agostinho, não acelerar a liberação da pesquisa de petróleo na Margem Equatorial, o atual ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Márcio Macêdo, será deslocado para o instituto, a fim de fazer valer o que o presidente Lula combinou com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre.

Paralelamente a essa liberação, o presidente do Senado prometeu à Frente Parlamentar

do Agro que vai destravar o projeto de licenciamento ambiental. Atualmente, há dois relatores, um na Comissão de Meio Ambiente, senador Confúcio Moura (MDB-RO), e outro na Comissão de Agricultura, senadora Tereza Cristina (PP-MS). A ideia é concentrar tudo na mão de um único relator e liquidar o assunto este semestre. Se deixar para o próximo semestre, a COP30 será um empecilho para aprovar um texto meio-termo, entre o que desejam os ambientalistas e os produtores rurais.



CURTIDAS

Trump e Lula/ O presidente brasileiro riscou o chão ao criticar, de forma veemente, a proposta heterodoxa de Donald Trump para a Faixa de Gaza. Até aqui, Lula não havia criticado a deportação de imigrantes ilegais, apenas a forma como eram tratados. Agora, ficou tudo mais claro em relação ao que vem por aí entre os dois líderes das Américas.

O "sumido"/ Na sessão de abertura dos trabalhos, muitos parlamentares e assessores se perguntaram: "Viu o (Arthur) Lira aqui hoje?". O ex-presidente da Câmara decidiu "mergulhar". O momento é de Hugo Motta fincar sua bandeira e seu estilo.

Por falar em estilo.../ Senadores e deputados garantem que Alcolumbre e Motta tocarão "de ouvido", sem precisar de ensaios. Vem por aí uma avalanche de comissões para avaliar as medidas provisórias.

Mário Agra/Câmara dos Deputados



... e em Arthur.../ A conversa de bastidor nos convites de Brasília é sobre o futuro do ex-presidente da Câmara. Os cálculos dos colegas de Lira (foto) indicam que, se ele quiser um mandato de senador por Alagoas em 2026, vai precisar apoiar a candidatura do prefeito de Maceió, João Henrique Caldas (PL), para o governo do estado. Afinal, a ala mais à esquerda está ocupada pelo clã do senador Renan Calheiros e do ministro dos Transportes, Renan Filho.

ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS

Deputado defende a anistia para bolsonaristas que depredaram as sedes dos Três Poderes — na tentativa de golpe de Estado de 8 de janeiro de 2023 — por considerar as punições desproporcionais e por enxergar motivação política nas punições

Nikolas: fossem black blocs, eram soltos

» DANANDRA ROCHA

O deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG) defende a anistia para os presos pela tentativa de golpe de Estado, que culminou com as depredações promovidas pelos bolsonaristas às sedes dos Três Poderes, em 8 de janeiro de 2023. Segundo ele, há tratamento desigual na aplicação das penas pelo Supremo Tribunal Federal (STF)

em punições impostas são desproporcionais e têm motivação política.

"A esquerda badeira aqui no Congresso, de quebra de. Na época do

Enquadramento em cinco crimes

Os bolsonaristas condenados pelo Supremo Tribunal Federal na tentativa de golpe de Estado em 8 de janeiro de 2023 foram enquadrados em cinco crimes: tentativa de abolição do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado, associação criminosa e deterioração de patrimônio público. Até agora, 371 pessoas foram condenadas e 527 fizeram acordo com o Ministério Público Federal, num total de 898 envolvidos que foram responsabilizados até o momento.

(ex-presidente Michel) Temer, por exemplo, e até quando (o ex-presidente Jair) Bolsonaro foi eleito, os "black blocs" destruíram a Avenida Paulista e não aconteceu absolutamente nada com essas pessoas", comparou o deputado, em entrevista, ontem, ao **Correio**.

Nikolas destacou que não defende impunidade, mas argumenta que há seletividade nas decisões judiciais. "Todo criminoso tem que pagar pelos seus atos. Não estou defendendo passar a mão na cabeça de ninguém. Mas os baderneiros do

8 de janeiro estão pagando um preço por estarem de verde e amarelo. Se eles estivessem de vermelho, não teriam pegado penas de até 17 anos", acusa.

O parlamentar citou o caso do ex-governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral, condenado a mais de 400 anos de prisão por corrupção, mas que, atualmente, está em liberdade. "Veja agora o Sérgio Cabral. Foi condenado a mais de 400 anos e faz videozinho falando sobre política, na sacada do prédio dele, numa cobertura, dentro da piscina. As coisas estão completamente invertidas hoje", acredita.

Atualmente, tramitam no Congresso projetos de lei que tentam

anistiar os condenados pelas depredações em 8 de janeiro — o PL 2.858/22, do deputado Major Vitor Hugo (PL-GO), e o PL 5.064/23, do senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS). O primeiro, defende o perdão não apenas das penas impostas pelo STF, mas, também, de multas aplicadas. O segundo, propõe anistiar apenas determinados crimes.

O deputado acredita que a pacificação do país passa pela revisão das condenações. "Isso é importante para essas pessoas, até mesmo porque poderia ser seu pai, sua mãe, que vieram aqui no efeito manada. Muitos que entram sequer cometeram crime ou quebraram algo, e estão pagando

um preço por conta do revanchismo político do ministro Alexandre de Moraes", acusa.

O presidente da Câmara, deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), já deixou claro que as matérias relacionadas à anistia pedida pelos bolsonaristas somente será pautada se aprovada pelo Colégio de Líderes da Casa. O projeto quase foi a votação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, no ano passado, mas o então presidente Arthur Lira (PP-AL) retirou-o de pauta e submeteu-o a uma comissão especial — cujos integrantes até agora não foram indicados pelos partidos.

CB.PODER

Deputada vai ao STF pelas Mães de Haia

» VITÓRIA TORRES*

A deputada e procuradora da Mulher na Câmara dos Deputados, Soraya Santos (PL-RJ), estará, hoje, no Supremo Tribunal Federal (STF) para uma sustentação oral em defesa das Mães de Haia — brasileiras que fugiram de relacionamentos abusivos com estrangeiros, mas perderam a guarda dos filhos devido a interpretações rigorosas da Convenção de Haia. Em entrevista, ontem, ao **CB.Poder** — parceria entre o **Correio Braziliense** e a **TV Brasília** —, Soraya explicou o papel da Procuradoria da Mulher em zelar pela aplicação correta das leis brasileiras, especialmente no que diz respeito à proteção de mulheres

e crianças.

"Mulheres têm que escolher entre continuar apanhando ou abrir mão dos filhos. Isso é inaceitável", indignou-se. Soraya ressaltou que muitas dessas mães são tratadas como sequestradoras internacionais, mesmo quando buscam refúgio no Brasil para proteger os filhos de ambientes violentos. Ela observa que o STF deve considerar a perspectiva de gênero e o contexto de violência doméstica ao julgar esses casos.

A ação proposta pelo PSol está sob a relatoria do presidente do Supremo, Luís Roberto Barroso. Soraya crê na sensibilidade do ministro, cuja trajetória é marcada pela defesa dos direitos humanos. "A

Reprodução Youtube



Proteger a criança é também protegê-la de um lar violento. Essa mulher não pode ser considerada sequestradora. A gente não vai se indignar vendo crianças sendo expatriadas?"

Deputada Soraya Santos (PL-RJ), procuradora da Mulher da Câmara

Justiça não foi feita para fazer justiça, mas para reparar injustiças. Não estamos falando de bens materiais, mas da estrutura emocional de crianças

e mulheres", lembra.

Soraya defende que a legislação brasileira, considerada uma das mais avançadas do mundo na proteção dos direitos das

mulheres, deve prevalecer sobre a interpretação do tratado internacional. Ela acredita que o julgamento do STF pode mudar a forma como o Brasil lida com

casos internacionais de violência de gênero, criando jurisprudência que garanta maior proteção às mães e crianças em situações semelhantes.

"Proteger a criança é também protegê-la de um lar violento. Essa mulher não pode ser considerada sequestradora. Será que a gente não vai se indignar vendo crianças sendo expatriadas? Mulheres que não podem mais ver seus filhos? Isso não pode ser ignorado sob o pretexto de cumprir tratados internacionais", reforçou.

A deputada criticou a falta de acolhimento do Estado às mulheres que retornam ao Brasil em busca de proteção. Para ela, ao pisar em solo brasileiro, essas mães deveriam, automaticamente, ter os direitos garantidos. "Ela está pedindo ajuda. O Estado tem o dever de aplicar a lei vigente. Quem tem de ter vergonha é quem bate, não quem apanha", salientou.

*Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi